

A ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DA BAHIA

Elisângela Soares Ribeiro¹
Gualberto de Abreu Soares²
Patrícia Santiago Ferreira³

RESUMO: Este trabalho é um relato de experiência proveniente de um componente curricular em curso de doutorado acadêmico. O objetivo é apresentar e discutir a importância e os confrontos no quesito construção e implementação de propostas curriculares para a Educação Básica. Para tanto, trazemos experiências de um componente curricular “Currículo, Diferenças e Formação de Professores para o Ensino de Ciências e Matemática”, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Formação de Professores, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em Jequié. Utilizamos da metodologia de aulas expositivas, apresentação de seminários, participação em palestras, e análise de um documento curricular municipal. Identificamos que o currículo é de fundamental importância para o desenvolvimento educacional, social, histórico e político de uma população, e o DCRB, possibilitou que os municípios pudessem elaborar suas propostas pela política da autonomia, da contextualização, e do compartilhamento entre os pares.

Palavras-Chaves: Educação Básica; Políticas Públicas; Referencial Curricular.

INTRODUÇÃO

A construção de um currículo na área educacional é de grande importância para a constituição de qual proposta educacional oferecer para uma população. Estudiosos da área, como Silva (1999), Goodson (2012), Macedo (2013), e Arroyo (2013) trazem considerações de que o currículo é um território de práticas de poder, de significações e atribuições de sentidos, inserido em um complexo território em disputa para promoção da construção social, cultural, e das relações ideológicas. Neste sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴ conceitua currículo como: “[...] propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (BRASIL, 2017, p. 15).”

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-EFCF) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: elysangelaribeiro@gmail.com

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-EFCF) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: gualbertoprofisio@gmail.com

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-EFCF) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: patysanty2008@hotmail.com

⁴ “Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá (BRASIL, 2019, p. 05).”

Desde a promulgação da BNCC, em 2017, os estados e municípios brasileiros ficaram incumbidos de desenvolver políticas objetivando atender as especificidades contextuais da educação, assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagens em seus territórios. Atendendo aos prazos estipulados na referida base, em 2019, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) que possibilitou às escolas dos municípios construir seus Referenciais Curriculares para implementação das diretrizes pontadas no DCRB.

Frente a este contexto de mudanças nas propostas curriculares em âmbito federal, estadual e municipal, este trabalho objetiva discutir propostas curriculares e apresentar as mudanças ocorridas na construção e implementação de um currículo para a Educação Básica em um município no Estado da Bahia. Para tanto, lançamos mão de um componente curricular “Currículo, Diferenças e Formação de Professores para o Ensino de Ciências e Matemática” desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Formação de Professores, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em nível de doutorado.

METODOLOGIA

No componente supracitado, contamos com participação em diversas palestras com pesquisadores da área, a exemplo do professor Roberto Sidnei Macedo, que foi um dos integrantes na construção do DCRB. Outras atividades, também, foram desenvolvidas, como a apresentação de seminários, leituras e discussões de referências que abordaram sobre: a origem do campo curricular; políticas curriculares para o ensino de ciências e matemática; desafios socioculturais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas; e, a formação profissional na perspectiva da diversidade. O encontro com essas propostas nos conduziu a realizar a análise de um currículo municipal para alinharmos às discussões teóricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O DCRB tem como referência a BNCC, e objetiva contextualizar, caracterizar e trazer especificidades indenitárias do Estado Baiano, considerando os 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTE). Dentro do contexto do NTE, escolhemos, por aleatoriedade, analisar o DCR de Itaquara-Bahia, município localizado no Território do Vale do Jiquiriçá.

Nos estudos e debates realizados, identificamos que o DCRB apresentou avanços, mas também, limites para a educação estadual. Quanto aos avanços, trazemos às discussões sobre Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade, abertura de espaço para os debates sobre Educação Ambiental, bem como a possibilidade de contemplação das singularidades e especificidades do contexto territorial baiano. Quanto aos limites, se apresenta com aspectos conservadores, a exemplo, da priorização da Matemática e Língua Portuguesa em detrimento a outras áreas do conhecimento. Outro ponto, neste sentido, faz-se alusão à organização do currículo de forma fragmentada, impondo habilidades e competências diversas pautadas na política neoliberal internacional.

Trazendo a temática sobre currículo, para o campo municipal, identificamos que a construção se deu em conjunto com os pares, e objetivou assegurar os direitos de aprendizagens dos educandos Itaquarense, contemplando as especificidades locais, os temas contemporâneos, e os projetos de vida. Destacamos aqui uma preocupação do município em perspectivar o currículo considerando os saberes locais, corroborando com a formação integral do ser humano.

O processo de contextualização do documento aconteceu a partir dos temas locais para a (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), à organização do trabalho da equipe de docentes (planos de aula, projetos e sequências didáticas), além da formação continuada dos docentes para adaptação das novas propostas. Sobre os temas locais a comunidade escolar decidiu por elencar para a Educação Infantil alguns temas intercurriculares (Emancipação política, Cultura cigana, Alimentação saudável, Meio ambiente, Manifestação artístico-cultural), nos Anos Iniciais e Ensino Fundamental (Agricultura e pecuária, Movimentos sociais, Práticas esportivas, Identidades religiosas, Geociência Local, Emancipação política).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos considerando que se faz necessário compreendermos as organizações curriculares para refletirmos com aproximação e profundidade, tanto as práticas escolares, como os desdobramentos da sociedade. Para tanto, a intenção de buscarmos o entendimento do campo empírico curricular permeado por disputas e complexidades, nos proporcionou identificar as possibilidades de inserção de propostas que fazem a diferença na educação quando escolhidas pela própria comunidade escolar.

A BNCC e o DCBR trouxeram possibilidades de abertura para o diálogo entre estados e municípios, para adequação das propostas curriculares nos territórios. Trabalhar com um currículo por competências possibilitou que os profissionais do município de Itaquara/BA experienciassem a oportunidade de adequar seus currículos as demandas e aos contextos práticos à realidade das instituições de ensino.

O movimento intelectual, partindo das universidades, é importante para fazer análises de como esse contexto curricular vem sendo organizado, discutido e implementado, gerando assim novas propostas, novos olhares e direcionamentos na constituição de direitos educacionais assegurados por leis.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. – 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BAHIA. **Referencial Curricular Bahia - DCRB**, (2019). Disponível em: file:///C:/Users/Andr%C3%A9ia/Downloads/DCRB_vers%C3%A3o_final.pdf. Acesso: 20 jul de 2024.

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Bahia Salvador: Sec. da Educação, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - Versão final**. MEC. Brasília, DF, 2017.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. Tradução Atílio Brunetta. Ed. 13a. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Salvador Bahia: 6. ed. Editora Vozes, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.